



## **CÂMARA MUNICIPAL DE CARIACICA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**Procuradoria**

*Processo nº 782/2026*

*Projeto de Lei Legislativo nº 51/2026*

### **PARECER**

Este processo trata da apreciação de constitucionalidade e legalidade da proposição de autoria do ilustre Vereador Jocemir da Enfermagem, que “*institui, o ‘Março Roxo’, mês dedicado à conscientização sobre a epilepsia, no âmbito do município de Cariacica, e dá outras providências.*”.

Em sua justificativa, o projeto de lei visa instituir, no Município de Cariacica, o “Março Roxo”, mês dedicado à conscientização sobre a epilepsia, com o objetivo de ampliar a informação, combater o preconceito e promover a inclusão social das pessoas que convivem com a condição. Destaca-se a importância de ações educativas para disseminar conhecimento, orientar a população e reduzir estigmas, além de incentivar o diagnóstico precoce e o acesso ao tratamento. A iniciativa também possibilita a realização de campanhas e parcerias institucionais, reafirmando o compromisso do município com a promoção da saúde e da inclusão social.

Sob o aspecto formal, nada obsta a tramitação do projeto, eis que utiliza a via correta para apreciação de seu objetivo, estando de acordo com o estabelecido no Regimento Interno desta Casa de Leis, artigos 106 a 111.

Prosseguindo, o entendimento acerca da inserção de data comemorativa no calendário oficial de eventos do Município é maciço no sentido da não violação da reserva de iniciativa do Poder Executivo, conforme julgado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo:

*“(…)1. As hipóteses previstas na Carta Magna para a deflagração do processo legislativo pelo Presidente da República são normas de reprodução obrigatória nas Constituições Estaduais, por força dos*





**CÂMARA MUNICIPAL DE CARIACICA  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Procuradoria

Processo nº 782/2026

Projeto de Lei Legislativo nº 51/2026

*princípios da simetria e da separação dos Poderes, e devem ser observadas pelas Leis Orgânicas Distrital e Municipais, sob pena de se configurar inconstitucionalidade formal subjetiva. 2 . **A inserção de data comemorativa no calendário oficial de eventos de determinado Município não viola, por si só, as normas de organização administrativa da municipalidade, porquanto, via de regra, as comemorações não geram despesas de capital financeiro e humano para o Poder Executivo (...)**". (TJES. ADI nº 0024306-10.2018.8.08.0000, Relator: Des. Fernando Estevam Bravin Ruy, Julgado em 06/06/2019) (grifo nosso)*

Desta forma, não havendo óbices legais ou formais, opinamos pelo PROSSEGUIMENTO do projeto.

Por fim, insta frisar que a emissão de parecer por esta Procuradoria não substitui o parecer das Comissões Permanentes, porquanto essas são compostas pelos representantes do povo e constituem-se em manifestação efetivamente legítima do Parlamento. Dessa forma, a opinião jurídica exarada neste parecer não tem força vinculante, podendo seus fundamentos serem utilizados ou não pelos membros desta Casa.

Esse é o nosso parecer, salvo melhor juízo.

Cariacica/ES, 09 de março de 2026.

**GUSTAVO FONTANA ULIANA**

**Procurador Jurídico**

**THAÍS DA SILVA CURITIBA**

**Matricula nº 3988**

